

OFÍCIO CCJ Nº 173/2021

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2021.

DESPACHO:A imprimir. Ofício-se.
Em 28.09.2021
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, encaminho a V.Exa. o Projeto de Lei nº 4423/2021, de autoria do Deputado Dionísio Lins, a fim de que seja BAIXADO EM DILIGÊNCIA à Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA, pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme solicitado através de Ofício GDMP nº 37/2021, do meu gabinete, às fls. 04 do presente projeto.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,

Deputado MÁRCIO PACHECO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Excelentíssimo Senhor.

Deputado ANDRÉ CECILIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.**OFÍCIO CCJ Nº 174/2021**

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2021.

DESPACHO:A imprimir. Ofício-se.
Em 28.09.2021
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Na condição de Presidente da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, encaminho a V.Exa. o Projeto de Lei nº 4423/2021, de autoria da Deputada Franciane Motta, a fim de que seja BAIXADO EM DILIGÊNCIA ao Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme solicitado através de Ofício GDMP nº 38/2021, do meu gabinete, às fls. 16 do presente projeto.

Na oportunidade, renovo meus protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,

Deputado MÁRCIO PACHECO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Excelentíssimo Senhor.

Deputado ANDRÉ CECILIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.**OFÍCIO CCJ Nº 175/2021**

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2021.

DESPACHO:A imprimir. Deferido.
Em 28.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO - PRESIDENTE.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, encaminho a V.Exa. o Projeto de Lei nº 202/2019, de autoria do Deputado Carlos Augusto, comunicando que, de acordo com o Artigo 142, Inciso I, do Regimento Interno, declarei a PREJUDICABILIDADE da proposição em questão, conforme parecer de minha autoria, aprovado na 15ª Reunião Extraordinária Remota desta CCJ, em virtude da Lei nº 6.535, de 17 de setembro de 2020, que dispõe sobre a mesma matéria.

Certo de suas prontas providências, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Deputado MÁRCIO PACHECO
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Exmº Sr.

Deputado ANDRÉ CECILIANO
D.D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.**OFÍCIO SEPOL/DGAF/DOEF/SCAF SEI Nº 6/2021**

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021.

DESPACHO:A imprimir e à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.
Em 28.09.2021.
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos o Relatório de Atividades e Aplicação de Recursos do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social - FISED, referente ao 1º semestre de 2021, que foi elaborado pela Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, por ter sido a gestora do fundo durante o período em questão.

Ademais, informamos que esta Secretaria de Estado de Polícia Civil - SEPOL passa a ser a responsável pela elaboração do relatório supra citado a partir do segundo semestre de 2021, tendo em vista a transferência do FISED da estrutura da SEPM para a sua estrutura, a partir do dia 21/06/2021, conforme Decreto nº 47.658, de 24 de junho de 2021, publicado no DOER de 25 de junho de 2021.

Atenciosamente,

RAFAEL WILLIS
DIRETOR DGAF/SEPOL
ID 4137867-9
Representando a Presidência do FISED**OFÍCIO AGENERSA/SCEXEC SEI Nº 596/2021**

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2021

DESPACHO:A imprimir e à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, após à Comissão de Minas e Energia da ALERJ.
Em 28.09.2021
DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO - PRESIDENTE
Assunto: Processos eletrônicos nº SEI-220007/001789/2021 - CEG e nº SEI-220007/001790/2021 - CEG RIO. Atualização de Tarifas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Vigência a partir de 01/07/2021)

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de disponibilizar cópias em arquivos eletrônicos dos processos eletrônicos de Atualização de Tarifas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP (Vigência a partir de 01/07/2021) das Concessionárias CEG e CEG RIO, disponíveis no link <http://www.agenersa.rj.gov.br/documentos/link/tarfas01072021.zip>

Colocando-me à inteira disposição para os esclarecimentos porventura necessários, reitero protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CÍNTIA PITZ P. PINHEIRO
Secretária Executiva
ID Funcional 05630088

Exmo. Sr.

Deputado ANDRÉ CECILIANO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Id: 2343791

Plenário**ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 2021**

Às 14h, com a presença dos Senhores Deputados: **Adriana Balthazar, Alana Passos, Alexandre Freitas, Alexandre Knoploch, Anderson Alexandre, Anderson Moraes, André Ceciliano, André Corrêa, Átila Nunes, Bebeto, Brazão, Bruno Dauaire, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charles Batista, Chico Machado, Chiquinho da Mangureira, Coronel Jairo, Coronel Salema, Dani Monteiro, Danniell Librelon, Delegado Carlos Augusto, Dionísio Lins, Dr. Deodalto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Fábio Silva, Filipe Soares, Filipe Poubel, Flávio Serafini, Franciane Motta, Giovani Ratinho, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Jalmir Júnior Jorge Felipe Neto, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabelheiro, Marcelo Dino, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Abrahão, Marcos Muller, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Pedro Ricardo, Renata Souza, Renato Zaca, Rodrigo Amorim, Ronaldo Anquieta, Rosane Felix, Rosenverg Reis, Samuel Malafaia, Sérgio Fernandes, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Vandro Família, Waldeck Carneiro, Wellington Jose, Zeidan (69), assume a Presidência a Senhora Deputada Lucinha, nos termos regimentais, ocupando os lugares de 1º, 2º, 3º e 4º Secretários, respectivamente, os Senhores Deputados: Marcos Muller, 1º Secretário; Tia Ju, 2ª Secretária; Renato Zaca, 3º Secretário; Filipe Soares, 4º Secretário.**

A SRA. PRESIDENTE (Lucinha) - "Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos". Havendo número legal, está aberta a Sessão.

(É lida pelo Senhor 2º Secretário a Ata da Sessão anterior que, sem restrições, é considerada aprovada).

Passa-se à

Ordem do Dia

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Alexandre Knoploch.

O SR. ALEXANDRE KNOPLOCH (Pela ordem) - Gostaria de pedir a ajuda de V.Exa. num Projeto que é de sua autoria, aprovado nesta Casa, sancionado pelo Governador Cláudio Castro e hoje nós temos um problema.

A Light tem enviado WhatsApp para grandes igrejas - posso falar da Igreja Cristo Vivo, em Campinho - dizendo que desconhece a lei aprovada nesta Casa, lei sancionada pelo Governador Cláudio Castro, e que não existe nenhuma isenção.

Pois bem, eu liguei para o Secretário de Fazenda, o Secretário Nelson. Ele me disse que a lei de fato foi sancionada, só que eles consultaram o Confaz cinco vezes e cinco vezes foi negado o pedido. Então, temos um problema porque a lei está sancionada, está valendo, mas as igrejas não conseguem aderir a essa isenção do ICMS. Peço ajuda a V.Exa. para chegarmos a uma solução nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, pela ordem, a Deputada Martha Rocha.

A SRA. MARTHA ROCHA (Pela ordem) - Boa tarde a todas e todos!

Cumprimento-o, inicialmente, Presidente, porque soube da sua homenagem em Niterói. Não houve a possibilidade de estar presente em razão da Presidência da CPI da Intolerância Religiosa.

Rapidamente, mais uma vez, peço o apoio do Deputado Márcio Pacheco. Nós fomos, todas as Deputadas, procuradas pelo Conselho Estadual de Direitos da Mulher. Fui muito bem atendida pelo Secretário Matheus Quintal, mas o fato é que uma organização da Secretaria reduziu em 50% o salário dos profissionais que atuam nos equipamentos dos conselhos. Os profissionais que já recebiam abaixo do teto das suas carreiras tiveram uma redução de 50%.

Peço, mais uma vez, Deputado Márcio Pacheco, a sua intervenção na solução desse problema. Dou o meu testemunho no que se refere ao Conselho Estadual de Direitos da Mulher, da atuação desses centros de referência na rede de proteção às mulheres vítimas de violência.

Obrigada, Presidente.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Presidente, V.Exa. me permite responder? Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Pela ordem) - Deputada Martha Rocha, eu já fiz contato com o Secretário Matheus Quintal, que prontamente respondeu, deu uma breve explicação e se colocou à disposição para atender V.Exa. e a Deputada Enfermeira Rejane em uma reunião, que pode ser remota ou presencial, na sexta-feira, às 9h30, para tratar do assunto, para explicar as motivações - parece que é uma determinação judicial, mas eu não tenho os detalhes. Já fiz contato e ele está pronto para atender V.Exa. e a Deputada Enfermeira Rejane na sexta-feira, às 9h30, para tratar do tema.

A SRA. MARTHA ROCHA - Obrigada, Deputado.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Presidente, eu queria dar um informe, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Quero responder à questão de ordem do Deputado Alexandre, mas pode falar, por favor, Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Sr. Presidente, peço a atenção dos meus colegas. Sempre com muito compromisso, V.Exa. sabe que, como líder do Governo, eu tenho a responsabilidade de, entre outras missões, dialogar com toda a sociedade e com os servidores, Deputada Lucinha, e assim o faço.

V.Exa. - não foi uma vez, não foram duas, foram várias vezes - encaminhou uma orientação para que eu atendesse os servidores por conta de demandas que debatemos na Casa. Hoje, mais uma vez, a pedido do meu querido amigo Deputado Coronel Salema, atendi um grupo de servidores da Segurança com alguns questionamentos sobre temas que já estamos debatendo aqui, Deputado Márcio Canella, sobre os avanços, os acordos e algumas posições que já serão debatidas aqui.

Tudo andava bem, inclusive com a presença de alguns servidores que são contundentes nas falas. Aqui é a Casa da democracia, é o lugar onde o servidor deve se manifestar, assim como os Deputados. Ocorre que, em determinado momento da reunião, um grupo de servidores subiu para a liderança de governo, Sr. Presidente, e dois deles me insultaram ali.

Falo isso, e eu me reporto aos meus colegas, porque é inaceitável, Sr. Presidente. Inaceitável. Eu encerrei a reunião, pedi que aqueles que não queriam fazer um debate e ouvir como os outros fizeram se retratassem, Deputada Mônica, porque é inaceitável, ainda que haja divergência, que o servidor vá a uma sala do Parlamento e ofenda um parlamentar. Até porque eu também sou servidor, temporário, mas sou. Eu sou advogado de profissão.

Eles estão reivindicando e devem ser ouvidos, Deputado Bruno Dauaire, que também é da Comissão de Servidores Públicos, mas eu quero fazer esse registro, porque dois deles se exaltaram e duvidaram da minha palavra. Quando eu falei um tema, um deles disse: "Quem garante?" Subiu o tom comigo. Eu disse: "Alto lá! E, quando eu fiz isso, bateram na mesa, levantaram e encerraram a reunião com uma palavra de ordem. Isso não se faz.

Eu vou continuar meu debate como líder do governo, acolhendo, ouvindo e protegendo, como deve ser o Parlamento, respeitando todos com carinho, com parcimônia, mas esperando que os ânimos não se exaltem.

Então, faço esse registro, Sr. Presidente, para que não haja injustiça. Eu encerrei a reunião para proteger aquilo que eu entendo ser a maneira correta de se fazer o debate, respeito e coleguismo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Alexandre Knoploch, amanhã, às 17horas, vamos ter uma reunião com o secretário Nelson e, ao final da Sessão, eu vou ligar para o Governador Cláudio Castro, porque precisamos de uma saída e nós apresentamos aquele PL, entendendo que aquela é a melhor saída para ter de volta o incentivo.

Se nós formos atrás dos técnicos, por exemplo, na questão do abono permanência, colocaremos para casa quase cinquenta mil servidores públicos, para economizar 14% do desconto previdenciário. Não estou falando do técnico do Estado, estou falando do Governo federal.

Eles analisam as planilhas e vão cortando. Só que, como eu já disse, essa questão dos servidores que já podem ir para casa, é um tiro na cabeça - não é nem no pé. O custo do Executivo hoje é de 14%, que é a contribuição do abono permanência. Mas, se nós formos atrás dos cabeça de planilhas de Brasília, vamos cortar os 14% e depois vamos ter que contratar o policial militar, o professor, o médico lá na outra ponta.

Então, vamos encaminhar e vamos conversar. Eu falo com o Governador hoje e amanhã V.Exa. está convidado para uma reunião às 17horas com o secretário de Fazenda.

O SR. MÁRCIO PACHECO - Será aqui? Na Fazenda?

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vamos ligar. Está combinado aqui.

Em relação à questão do Deputado Márcio Pacheco, não sei se V.Exa. lembra aquela reunião, na quinta-feira, com a policial militar, em que estavam os policiais militares, os bombeiros e outras categorias.

Eu me referi a um áudio em que estavam me ameaçando. Estamos aqui para ajudar. Esse também foi o motivo pelo qual eu recebi os sindicalistas. Primeiramente, pediram uma agenda. Eu falei: "Pode ser agora". "Não vamos fazer agora; espera porque vai chegar uma pessoa."

Fizemos a agenda e, quando chegou a tal pessoa, com muita autoridade, queriam dar uma enquadrada. Eu falei: "Opa! Aqui, não. A reunião aqui é para ajudar".

Então, quando o Deputado recebe o servidor público, um representante de cada categoria, é no intuito de ajudar, de conversar. Na marra, na ignorância não vai levar nada. Pelo contrário, fica mais difícil até o diálogo. Porque o que está sendo imposto aqui, em especial a questão da idade, veio do Governo federal. Se o Parlamento Estadual não regulamentar, vai prevalecer a mudança que ocorreu no Congresso Nacional.

Então, alto lá, com todo respeito, ficou claro isso em algumas reuniões, na verdade, em duas reuniões, porque a ideia nossa é ajudar, emendar, discutir as Emendas, porque o problema não é aqui, só que aqui é o Parlamento, é aqui onde conversa, onde dialogamos. Portanto, quem destratou qualquer Deputado, seja de situação, oposição, base de Governo ou não, o que prevalece aqui é o diálogo, a boa conversa. Na pressão não leva. Então, se V.Exa. terminou a reunião fez bem. E isso serve para todos.

A Casa está enfrentando as Mensagens e, desde o primeiro momento, temos falado: não vamos retirar direito de nenhum servidor, apesar de que falamos isso numa reunião e eles não dizem isso para as categorias. Eles fazem discurso inflamando as categorias. Isso tem se repetido. E foi assim, também, naquela quinta-feira, quando tranquilizamos todo mundo, falamos do triênio, eles saíram com um discurso, com um áudio, diferente do que falamos. Mas, independente, de qualquer discurso das categorias, nossa posição aqui é sentar, conversar e avançar para que possamos fazer o melhor para o Estado, porque quando fazemos o melhor para o servidor fazemos para o serviço público, para o policial, para o professor, para o médico, para todas as áreas do serviço público. Então, Deputado Márcio Pacheco, fez bem, se V.Exa. cancelou a reunião fez bem. Estamos aqui abertos ao diálogo. Já fizemos mais de dez audiências, se contarmos as conjuntas. Iremos fazer ainda mais três, no Colégio de Líderes na quinta-feira, mais o Colégio de Líderes e depois três audiências conjuntas. Então, vamos debater essas matérias como nenhuma outra foi debatida na Casa. Nenhuma outra matéria foi tão discutida e debatida. Então, de novo, vale a premissa de formosmos o direito dos servidores públicos, mas tem que ter tranquilidade, diálogo e, principalmente, educação.

Vamos à pauta.

Anuncia-se a discussão única, em regime de urgência, do

PROJETO DE LEI 4405/2021, DE AUTORIA DO DEPUTADO ROSENVERG REIS, QUE O PODER EXECUTIVO CONCEDERÁ A ISENÇÃO DO ICMS - IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS SOBRE AS OPERAÇÕES INTERNAS COM O BOLIÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP), DE 13 QUILOS, PARA USO DOMÉSTICO, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. (PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE MINAS E ENERGIA; DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA; DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; DE TRIBUTAÇÃO, CONTROLE DA ARRECAÇÃO ESTADUAL E DE FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS ESTADUAIS; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a palavra o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, combinei com o Deputado Luiz Paulo para emitir parecer pela CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O.k.

O SR. LUIZ PAULO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, independente do Projeto ser do Deputado Rosenverg Reis, por quem tenho profunda simpatia, o Projeto é bom. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Sim, Deputado Luiz Paulo.